

DECRETO MUNICIPAL Nº 44, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2021.

REGULAMENTA A LEI MUNICIPAL Nº 309/08, QUE DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE ABONO SALARIAL PARA OS PROFISSIONAIS DO MAGISTÉRIO MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO E DETERMINA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

OPREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO- PE, no uso das competências que lhes são atribuídas pela Constituição Federal, pela Constituição do Estado de Pernambuco e pela Lei Orgânica Municipal;

CONSIDERANDO o disposto no artigo 77 da Lei Municipal nº 453/2014;

CONSIDERANDO as disposições da Lei Municipal nº 309/2008;

CONSIDERANDO se tratar de determinação legal anterior à calamidade pública, adequando-se às exceções elencadas no artigo 8º da Lei Complementar nº 173, de 27 de maio de 2020;

CONSIDERANDO o advento da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2020.

DECRETA:

Art. 1º Este Decreto regulamenta a Lei Municipal nº 309/08, que dispõe sobre a concessão de abono salarial para os profissionais do magistério municipal de Lagoa do Ouro e determina outras providências.

Art. 2º A concessão do abono salarial de que trata este Decreto, obedecerá aos seguintes critérios:

§ 1º Será concedido abono salarial aos profissionais do magistério municipal de Lagoa do Ouro com vínculo efetivo e contratado que estiverem em efetivo exercício das respectivas funções em sala de aula ou atividades correlatas à docência, no âmbito da Rede Pública de Ensino Municipal de Lagoa do Ouro.

§ 2º É considerado profissional do magistério, o profissional com atribuições específicas das funções de magistério, que desempenha atividades de docência e de suporte pedagógico direto à docência, incluindo as de direção, coordenação, supervisão escolar, orientação educacional e assessoramento pedagógico.



GOVERNO MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO

CNPJ: 11.286.267/0001-03

§ 3º O valor a ser pago será calculado sobre o vencimento base percebido pelo professor durante o exercício de 2021.

Art. 3º O abono salarial concedido será pago em depósitos bancários específicos, na mesma conta bancária vinculada à folha de pagamento dos profissionais do magistério.

Art. 4º O abono salarial e os pagamentos tratados por este Decreto não se incorporam à remuneração para qualquer efeito.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor a partir da data de sua publicação.

Lagoa do Ouro, 11 de novembro de 2021.

EDSON LOPES CAVALCANTI

PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO/PE





GOVERNO MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO

CNPJ: 11.286.267/0001-03



PORTAL DA TRANSPARENCIA
<http://cloud.it-solucoes.int.br/transparenciaMunicipal/download/57-20230623113656.pdf>
assinado por: idUser 83

Rua do Progresso, 62 | Centro | Lagoa do Ouro - PE
Fone: (87) 3785-1156 | Fax: (87) 3785-1372



PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DO OURO

Juntos Vamos Continuar Mudando
Rua Progresso, n. 62 – Fones: (0**87) 3785.1156/3785.1149 – Fax: 3785.1133
CEP 55.320-000 - 11.286.267/0001-03
Lagoa do Ouro - Pernambuco

DE LEI N. 309/08

EMENTA: Dispõe sobre a concessão de abono salarial para os professores municipais de Lagoa do Ouro e determina outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE LAGOA DO OURO, Estado de Pernambuco, no uso das atribuições que o cargo lhe confere, submete à apreciação da Câmara Municipal o seguinte Projeto de Lei:

Art. 1º. Fica concedido aos Professores do Município de Lagoa do Ouro, no exercício de suas funções em sala de aula ou em atividades correlatas no ensino, abono salarial a ser pago nos meses de março, junho, setembro, para cumprimento do disposto no art. 22 da Lei Federal 11.494 de 20 de junho de 2007.

PARÁGRAFO ÚNICO – No final de cada exercício financeiro, havendo saldo na conta do FUNDEB 60%, será repassado aos servidores em exercício de suas funções em sala de aula ou em atividades correlatas no ensino.

Art. 2º. Os servidores ocupantes de dois cargos ou que exerçam duas funções, mesmo que seja no ensino, perceberão o abono de que trata o artigo anterior apenas por um deles.

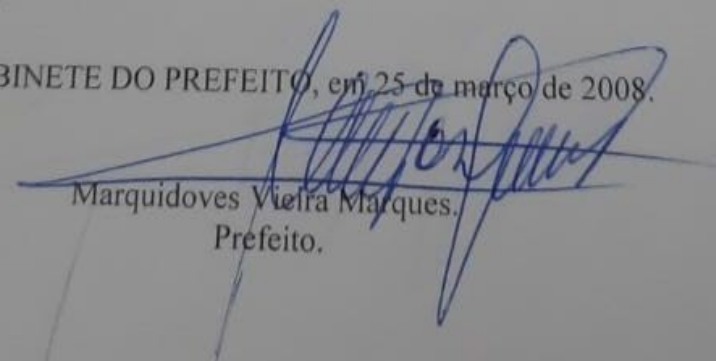
Art. 3º. O impacto orçamentário e financeiro de que tratam os artigos 16, 17 e 21 da Lei Complementar n.º 101 de 04 de maio de 2000, para os fins declaratórios, fica demonstrado, mediante o anexo único desta Lei, cujas despesas não acarretam elevação orçamentária total, por serem preexistentes, não caracterizando ação nova ou ampliação de ações.

Art. 4º. As despesas decorrentes da aplicação desta Lei correrão por conta das dotações orçamentárias próprias constantes do orçamento municipal para o corrente exercício, suplementadas, se necessário, utilizando-se como recursos a anulação de dotações orçamentárias, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal 4.320/64.

Art. 5º. São retroativos os efeitos jurídicos e financeiros desta Lei ao dia 1º de março de 2008.

Art. 6º. Esta Lei entra em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, em 25 de março de 2008.


Marquidoves Vieira Marques.
Prefeito.

